



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 99

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 01 DE JULHO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo.....	Deputado Valdir Rossoni
PFL.....	Deputado Plauto Miró
PTB.....	Deputado Valdir Rossoni
PMDB.....	Deputado Orlando Pessuti
PPB.....	Deputado Augustinho Zucchi
PT.....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT.....	Deputado Edgar Bueno
PL.....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN.....	Deputado Emerson Nerone
PSDB.....	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zamusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró - Guimarães - Remy Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - César Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - José Tavares - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Achar - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

13ª LEGISLATURA ATA DA 29ª SESSÃO

EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM
01 DE JULHO DE 1998

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dezesseis horas e dezesseis minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Angelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni, e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO -

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1286

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 01.07.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expedientes, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 734/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº104/97, que considera como áreas especiais de interesse de turismo e locais de interesse turístico, as áreas e localidades situadas nos Municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Morretes e Pontal do Paraná.

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 734/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Consideram-se Áreas Especiais de Interesse Turístico e Locais de Interesse Turístico, para fins do disposto na Lei Federal nº 6513, de 20 de dezembro de 1977, as seguintes áreas e localidades situadas nos Municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná:

- a) as localidades que apresentam condições climáticas especiais;
- b) as paisagens notáveis;
- c) as localidades e os acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas, de lazer, de pesca artesanal e de artesanato regional típico;

Curitiba, quarta-feira, em 01.07.98

d) as áreas lindeiras à orla marítima que compreendem a faixa de terra que se estende até 2.000 m (dois mil metros), medidos horizontalmente, bem como a faixa que se estende até 400 m (quatrocentos metros) em torno das baías, estuários de rio e canais do litoral do Estado, que serão estabelecidas a partir da linha do preamar médio de 1.831;

e) as reservas e estações ecológicas;

f) as áreas destinadas à proteção dos recursos naturais;

g) as fontes hidrominerais;

h) os locais de interesse histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico;

i) os locais onde ocorram manifestações culturais ou etnológicas;

j) os habitats de espécies ameaçadas de extinção.

Parágrafo Único - Ficam igualmente abrangidos por essa lei os bens que tipificam as áreas e locais a que se refere este artigo.

Art. 2º - Atendendo o Plano Diretor dos Municípios citados no art. 1º, nos termos do § 2º, do art. 3º da presente lei, o Poder Executivo baixará decreto especificando condições para o aproveitamento das áreas e locais de que trata o art. 1º desta lei, bem como para parcelamento das áreas declaradas de interesse e proteção especial para os fins do disposto na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, observados os seguintes aspectos e princípios:

a) obrigatoriedade dos projetos de edificações se aterem à topografia local, não se permitindo movimentos de terra (cortes, aterros) que possam alterar predatoriamente as formas dos acidentes naturais da região;

b) condicionamento à análise prévia para edificação de qualquer tipo de construção nas pontas e pontais do litoral, estuários dos rios, áreas de mangues, bem como nas faixas em torno das áreas lagunares e restingas;

c) fixação de normas e padrões técnicos para as edificações visando a preservação das condições adequadas à aeração, iluminação e insolação naturais dos logradouros e espaços de uso coletivo, público e particular;

d) proibição de edificações em encostas que tenham inclinação superior a 20% (vinte por cento);

e) condicionamento à análise prévia para edificação de qualquer tipo de construção antes de 80 m (oitenta metros), contados perpendicularmente a partir da linha do preamar-médio de 1831;

f) imposição de normas técnicas para as unidades de tratamento e descarga de esgoto sanitário, de águas servidas e deposição de lixo e detritos, principalmente no que respeita a conjuntos hoteleiros e residenciais, devendo ser de exclusiva respon-

sabilidade do empresário a construção desses equipamentos;

g) fixação de normas técnicas para a captação e tratamento da água necessária ao abastecimento das edificações, tanto no que tange ao represamento dos mananciais quanto à construção de obras de arte de vulto, inseridas na paisagem a preservar;

h) fixação de normas técnicas para a preservação da flora natural através da preservação das espécies existentes e de estabelecimento de mecanismos de estímulo para reconstituição florística nativa da região;

i) definição de um sistema de circulação para as faixas litorâneas referidas, com base em dois preceitos: provimento de áreas para estacionamento de veículos e impedimento de vias de tráfego rápido nesses locais;

j) preservação das florestas e de quaisquer formas de vegetação natural, dos estuários de rios, áreas lagunares e restingas, bem como de fauna existente;

l) preservação de edificações e sítios de valor histórico, artístico e arqueológico;

m) estímulo e assistência às atividades regionais típicas, em especial as ligadas à pesca, turismo e artesanato;

n) Adoção de normas e padrões que disciplinem o processo de parcelamento do solo urbano, através de lei de loteamentos;

o) adoção de normas e padrões técnicos que disciplinem o processo de uso e ocupação do solo urbano através das leis de zoneamento e de edificações.

§ 1º - As condições de que trata o presente artigo serão definidas em comum acordo entre o Estado e os municípios citados no artigo 1º.

§ 2º - A inobservância das condições baixadas, nos termos deste artigo, sujeitará o infrator às seguintes sanções, sem prejuízo de outras estabelecidas em legislações pertinentes:

I - advertência, com prazo de 60 (sessenta) dias para regularização, nos casos de primeira infração;

II - multa de 10 (dez) a 1.000 (mil) UFIR's por dia, tendo em vista a gravidade da infração, se não for efetuada a regularização dentro do prazo estabelecido no item anterior;

III - embargo e/ou demolição.

Art. 3º - Caberá ao Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, atendendo o disposto no art. 2º, a emissão de diretrizes e exames de projetos urbanísticos e de edificações, para fins de anuência prévia, ouvidos os demais órgãos competentes, quando necessário.

§ 1º - Os municípios litorâneos deverão realizar Planos Diretores que contemplem, em seus

aspectos físico-territoriais, as exigências das normas urbanísticas admitidas em comum acordo, entre o Estado e os municípios litorâneos.

§ 2º - O Conselho do Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense manterá a sua sede executiva em um dos municípios citados no art. 1º desta lei.

Art. 4º - O Poder Executivo, através das Secretarias de Estado e seus órgãos vinculados, celebrará convênios com os municípios onde se situam as áreas a que se referem os artigos 1º e 2º desta lei, a fim de dar execução e cumprimento às Leis Federais nºs 6.513/77 e 6.766/79 e à presente.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis nºs 7.389, de 12 de novembro de 1980 e 7.694, de 05 de janeiro de 1983, e disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01.07.98.

(a) CÉSAR SELEME - Presidente e Relator

Em votação. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Voto contrário do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Devidamente registrado.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 098/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº011/98, que dispõe sobre a criação do Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, conforme especifica.

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 098/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I DOS OBJETIVOS

Art. 1º - Fica criado o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da RMC, com os seguintes objetivos:

I - assegurar as condições essenciais à recuperação e preservação dos mananciais para o abastecimento público;

II - integrar as ações dos vários órgãos e esferas do poder público estadual, municipal e iniciativas de agentes privados;

III - compatibilizar ações de proteção ao meio ambiente e de preservação de mananciais de abastecimento público com política de uso e ocupação do solo e com o desenvolvimento sócio-econômico, sem prejuízo dos demais usos múltiplos;

IV - empreender as ações de planejamento e gestão das bacias hidrográficas de mananciais segundo preceitos de descentralização e participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades;

V - propiciar a instalação de instrumentos de gestão de recursos hídricos, preconizados pela Lei Federal nº 9.433/97, no âmbito dos mananciais da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2º - Integram o Sistema de que trata o artigo 1º desta lei:

I - Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba - CGM, órgão colegiado, com poderes consultivo, deliberativo e normativo, com a finalidade de elaborar políticas acerca da qualidade ambiental das áreas de proteção de mananciais da Região Metropolitana de Curitiba e acompanhar sua implementação;

II - Unidades Territoriais de Planejamento - UTP's, compostas pelas sub-bacias contribuintes dos mananciais de interesse da RMC, para facilitar o planejamento, aglutinando municípios com especificidades a serem trabalhadas conjuntamente.

II - Plano de Proteção Ambiental e Reordenamento Territorial em Áreas de Proteção aos Mananciais - PPART, que incorpore as diretrizes básicas estabelecidas por esta lei e que estabeleça prazos e metas para as intervenções nas Áreas de Proteção aos Mananciais - APM, configurando com capítulo específico a ser inserido no Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Curitiba, tal como preconizado pela Lei Federal nº 9.433/97.

IV - Fundo de Preservação Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba - FPA-RMC, para atender os objetivos do Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba;

Art. 3º - O Sistema instituído por esta lei será coordenado pelo Estado, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos interverientes em ações de proteção aos mananciais públicos e privados, que terão em conjunto, papel de implementar esta lei e as políticas aprovadas pelo Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 4º - A composição do Conselho Gestor será definida através de regulamento, com a partici-

pação dos municípios que integram as áreas de mananciais da Região Metropolitana de Curitiba.

Capítulo II DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º - Compete ao Conselho:

I - Coordenar a elaboração, atualização e implantação do Plano de Proteção Ambiental e Reordenamento Territorial em Áreas de Proteção aos Mananciais;

II - Coordenar e integrar o planejamento das Unidades Territoriais de Planejamento;

III - Coordenar e aprovar a elaboração dos regulamentos previstos e necessários ao cumprimento dos objetivos desta lei e encaminhá-los para apreciação e aprovação do Chefe do Executivo Estadual;

IV - Encaminhar deliberações relativas a políticas de uso e ocupação do solo para sua implementação e internalização, pelos municípios junto às respectivas legislações que disciplinam a matéria;

V - Acompanhar o cumprimento do plano de fiscalização das áreas de proteção aos mananciais, através de um Plano de Ação Fiscal;

VI - Instituir e coordenar programas de proteção ambiental e de recuperação de áreas degradadas, em conjunto com os municípios envolvidos;

VII - Desempenhar outras atribuições necessárias para o cumprimento dos objetivos desta lei e deliberar sobre as questões relativas;

VIII - Aprovar o programa de investimentos do Fundo de Preservação Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba;

Capítulo III DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO

Art. 6º - Ficam declaradas para efeito desta lei, como bacias hidrográficas de interesse da Região Metropolitana de Curitiba, as bacias destinadas a manancial de abastecimento público, ou, a área da bacia hidrográfica situada a montante do local onde exista ou se preveja futuramente construir uma barragem destinada a captação de água para abastecimento público e a área de abrangência do Aquífero Karst.

Parágrafo Único - Para efeito de delimitação dos reservatórios serão utilizados os projetos executivos fornecidos pela SANEPAR.

Art. 7º - Para as Unidades Territoriais de Planejamento previstas no inciso II do Art. 2º desta lei, serão implementados Planos e Programas, elaborados conjuntamente entre Estado e Município

envolvidos, onde serão considerados, entre outros, os seguintes temas:

I - A busca de soluções integradas e compatíveis com as especificidades de cada município da Região Metropolitana de Curitiba, que compõem as sub-bacias de mananciais;

II - A elaboração de um zoneamento ambiental e de uso e ocupação do solo para as áreas de mananciais, levando em conta a situação atual de ocupação e tendências futuras;

III - A elaboração de um plano diretor de drenagem urbana;

IV - A implementação de programas específicos para cada área ocupada de acordo com as diretrizes contidas nesta lei;

V - A criação de sistema de informações;

VI - A elaboração de um plano de monitoramento permanente para a efetiva aplicabilidade desta lei.

Art. 8º - Nas Unidades Territoriais de Planejamento serão criadas áreas de intervenção, com o objetivo de assegurar as condições ambientais adequadas à preservação dos mananciais, mediante a preservação e recuperação do ambiente natural e antrópico e do efetivo controle de processos de degradação e de poluição ambiental.

§ 1º - Nas áreas com condições sanitárias críticas, em decorrência de uso e ocupação inadequados do solo, o Estado e os Municípios deverão implementar ações e projetos, inseridos em programas integrados de saneamento e de recuperação ambiental, visando adequar essas áreas às condições ambientais referidas neste artigo.

§ 2º - Nas Unidades Territoriais de Planejamento poderá ser instituída a permuta de potencial construtivo por áreas de preservação, previamente estabelecidas em zoneamento municipal, as quais passarão a constituir o patrimônio do poder público estadual ou municipal.

§ 3º - O potencial construtivo de imóveis transferidos à título de incentivo construtivo só deverá ocorrer no interior de uma Unidade Territorial de Planejamento, sem acréscimo da densidade de ocupação total prevista para a mesma.

Capítulo IV DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NAS ÁREAS DE PROTEÇÃO

Art. 9º - Para efeito da implementação das políticas públicas tratadas nesta lei, são consideradas áreas de intervenção;

I - Áreas de Restrição à Ocupação - as de interesse de preservação com o objetivo de promover a recuperação e a conservação dos recursos naturais,

assegurando a manutenção da biodiversidade e a conservação do ecossistema;

II - Áreas de Ocupação Orientada - as comprometidas com processos de parcelamento do solo (loteamentos urbanos), por processos de ocupação urbana, as áreas de transição entre as áreas rural e urbana, sujeitas à pressão de ocupação, que exijam a intervenção do poder público no sentido de minimizar os efeitos poluidores sobre os mananciais;

III - Áreas de Urbanização Consolidada - as de interesse de consolidação da ocupação urbana, saneando e recuperando as condições ambientais.

IV - Áreas Rurais - as destinadas à produção agro-silvi-pastoril

Art. 10 - Constituem-se áreas de restrição à ocupação:

I - As faixas de drenagem dos corpos d'água conforme definidas em legislação própria;

II - As áreas cobertas por matas;

III - As áreas com declividade superior a 30%;

IV - As áreas do entorno dos reservatórios;

V - As áreas sujeitas à inundação;

VI - Outras áreas de interesse à serem incluídas mediante aprovação do OGM-RMC, de que trata esta lei.

Art. 11 - Nas Áreas de Restrição à Ocupação somente serão permitidos usos e atividades que atendam aos requisitos mínimos necessários à manutenção da qualidade de água, conforme a legislação em vigor.

Art. 12 - As Áreas de Restrição à Ocupação, observadas as normas desta lei, poderão ser computadas no cálculo das áreas reservadas como áreas de lazer em parcelamentos de solo, como reserva florestal conforme a legislação em vigor, ou para transferência de potencial construtivo.

Art. 13 - Nas Áreas de Ocupação Orientada, somente serão admitidos parcelamentos, loteamentos, arruamentos, edificações, reformas, ampliações de edificações existentes, instalações de estabelecimentos, alterações de uso ou quaisquer outras formas de ocupações, se observado o disposto nesta lei e em sua regulamentação:

Parágrafo Único - O Conselho Gestor regulamentará os índices urbanísticos, as taxas de impermeabilização, o percentual de cobertura vegetal, e outros parâmetros necessários para o cumprimento desta lei.

Art. 14 - Constituem-se Áreas de Urbanização Consolidada as áreas com possibilidade de maior adensamento em relação a outras abrangidas por esta lei, onde as ocupações humanas já se consolida-

ram e que suportem maiores densidades, conforme a disponibilidade das redes existentes de infraestrutura ou após investimentos viáveis e necessários para sua expansão.

Parágrafo Único - Excepcionalmente, nas Áreas de Urbanização Consolidada poderão ser criadas, através de Decreto do Poder Executivo Municipal, Áreas de Interesse Social de Ocupação destinadas a:

- Assentamentos habitacionais precários, objeto de interesse público para a recuperação ambiental;

- Atendimento habitacional das famílias residentes em áreas de risco e reassentamento de famílias removidas das Áreas de Restrição à Ocupação e das Áreas de Ocupação Orientada, de acordo com o Plano de Proteção Ambiental e Reordenamento Territorial da RMC e desde que aprovadas pelo Conselho Gestor dos Mananciais da RMC.

Art. 15 - Nas Áreas de Ocupação Orientada e de Urbanização Consolidada poderão ser instaladas indústrias não poluidoras em conformidade com os padrões técnicos e processos produtivos, estabelecidos pelo órgão ambiental do Estado do Paraná.

Art. 16 - Nas áreas de Ocupação Orientada e nas de Urbanização Consolidada, somente será admitida a implantação, ampliação ou alteração de cemitérios, em municípios que estejam totalmente dentro da APM, e em glebas consideradas adequadas com base em prévios estudos geológicos e hidrológicos e no inventário detalhado de poços, fontes e corpos de águas superficiais, e demais critérios e procedimentos estabelecidos pelo órgão ambiental do Estado do Paraná.

Art. 17 - Nos casos de equipamentos de saúde pública voltados ao atendimento preventivo e aos serviços de emergência, casas de repouso, sanatórios e similares poderão ser implantados desde que observadas as exigências e critérios estabelecidos pelo órgão ambiental do Estado do Paraná.

Art. 18 - O Poder Executivo poderá promover a remoção de ocupações existentes de que trata esta lei nos seguintes casos:

I - Ocorrência de grave risco humano ou ambiental, cuja reversão seja inviável em termos técnicos ou econômico-financeiros;

II - Ocupações de fundos de vale cujas condições geotécnicas e topográficas inviabilizem a implantação de rede de saneamento básico e/ou tratamento sanitário;

III - Loteamento de ocupação rarefeita, ou pouco adensadas, em áreas de ocupação ainda não consolidadas, passíveis de recuperação Ambiental

ou adequadas para outros usos coerentes com o Plano de Proteção Ambiental e Reordenamento Territorial em Áreas de Proteção aos Mananciais da RMC.

Art. 19 - As ocupações existentes, que não se enquadrarem nas condições para remoção, poderão ser regularizadas e consolidadas pelo Poder Público, desde que venham a se adequar às diretrizes desta lei e àquelas estabelecidas pelo Plano de Proteção Ambiental e Reordenamento Territorial em Áreas de Proteção aos Mananciais da RMC especialmente no tocante a coeficientes de permeabilidade do solo, aterramento de fossas, canalização de esgotos e ligação à rede pública, bem como outras adequações a serem feitas por conta dos proprietários beneficiados pela regularização.

Art. 20 - Nas Áreas a serem consolidadas ou regularizadas, caberá ao Poder Público, respeitadas as diretrizes desta lei e seus regulamentos:

I - Implantar ou completar a infra-estrutura básica e os serviços públicos essenciais, notadamente a rede de saneamento básico;

II - Estudar e adotar tecnologias alternativas para pavimentação das vias públicas, visando a facilitar a infiltração das águas pluviais e a redução da velocidade das águas superficiais.

Art. 21 - constituirão também, objeto de regulamento desta lei:

I - A distribuição de usos e intensidades de ocupação do solo, bem como as condições para movimentação de terra, para impermeabilização do solo, condições para remoção da cobertura vegetal, condições de coleta, transporte e destino de esgoto e resíduos sólidos;

II - A definição das condições de uso dos mananciais, cursos e reservatórios de água, obedecidos a classificação e o enquadramento previstos em lei e regulamentos, bem como medidas para a recuperação das condições ambientais das áreas protegidas;

III - A instituição de incentivos construtivos para as áreas de ocupação orientada e de urbanização consolidada, na forma de concessão de aumento do potencial construtivo do imóvel (assim entendido como aumento de coeficiente de aproveitamento e/ou na altura máxima da edificação) obtidos através de permuta por imóveis transferidos ao poder público estadual ou municipal.

Art. 22 - As águas dos mananciais, cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de que trata esta lei, sem prejuízo de sua destinação prioritária para o abastecimento público, terão incentivo para o uso controlado de lazer.

Parágrafo Único - a utilização das águas a que se refere o "caput" deste artigo ficará condicionada à outorga de direito de uso e ao licenciamento prévio, impostos por seus respectivos regulamentos próprios.

Art. 23 - Os esgotos sanitários coletados nas áreas protegidas deverão ser afastados das áreas de proteção aos mananciais.

Parágrafo Único - Caso seja comprovada a inviabilidade técnica de afastamento, prevista no "caput" deste artigo, poderá optar-se por tratamento localizado dos esgotos sanitários, observados níveis de remoção de cargas poluidoras definidos por Modelo de Simulação de Recursos Hídricos, ou através de Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) a ser avaliado pelo órgão de fiscalização ambiental competente, assegurando-se em qualquer caso, a infiltração dos afluentes finais no solo, em área compatível, e o respeito às condições ambientais definidas pela legislação em vigor.

Art. 24 - Os efluentes líquidos derivados de atividades industriais, comércio e serviços, quando houver, deverão ser tratados e afastados para fora dos limites das áreas de proteção aos mananciais, sob a responsabilidade do empreendedor.

Parágrafo Único - Situações específicas identificadas como relevantes, com destaque para aquelas em municípios cujo território esteja integralmente dentro de Área de Proteção de Mananciais, serão estabelecidas segundo regulamentação própria, a ser objeto de aprovação pelo Conselho Gestor dos Mananciais da RMC.

Art. 25 - A aplicação dos dispositivos e políticas definidas nesta lei far-se-á em consonância e respeito às diretrizes e proposições estabelecidas por Planos Diretores Setoriais elaborados para a Região Metropolitana de Curitiba, nas áreas de Esgotamento Sanitário, Resíduos Sólidos e Manejo Florestal, sem prejuízo de outros que venham a ser consolidados regionalmente.

Capítulo V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 26 - As ações e atividades de fiscalização às disposições desta lei, serão empreendidas mediante cooperação entre entidades estaduais e municipais com atribuições legalmente estabelecidas sobre a matéria.

§ 1º - A divisão de encargos e responsabilidades pertinentes ao exercício da fiscalização será objeto de Convênio de Cooperação específico.

§ 2º - O Convênio de Cooperação a que se refere o parágrafo anterior, destinará recursos do

Estado e dos municípios envolvidos, necessários e suficientes para que a implementação das equipes de fiscalização e das demais intervenções requeridas à aplicação das disposições legais assim como à sua vistoria, sejam realizadas em tempo hábil.

Art. 27 - No exercício de ação fiscalizadora, ficam asseguradas, nos termos da lei, aos agentes credenciados pelos órgãos competentes, a entrada em qualquer dia ou hora, bem como permanência, pelo tempo que necessário, em estabelecimentos públicos ou privados.

Capítulo VI DOS RECURSOS

Art. 28 - Fica criado o Fundo de Preservação Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba (FPA-RMC), como instrumento de apoio às políticas de proteção aos mananciais.

§ 1º - Constituirão fontes de receita do FPA-RMC;

I - Prestações pagas por mutuários beneficiados por programas habitacionais de interesse social destinados à proteção ambiental dos mananciais, com destaque para aqueles desenvolvidos com recursos originários do FPA-RMC;

II - Imóveis e receitas provenientes da permuta de potencial construtivo, em áreas previstas por legislação específica;

III - Dotações consignadas no Orçamento Geral do Estado e em créditos adicionais;

IV - Dotações consignadas no Orçamento Geral da União e nos Orçamentos dos Municípios intervenientes e em respectivos créditos adicionais;

V - Produtos de operações de crédito e de financiamento realizadas pelo Estado em favor do Fundo;

VI - Percentual de recursos originários da cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos sujeitos à outorga, arrecadados nos limites definidos como Área de Proteção de Mananciais de interesse da RMC, nos termos do Artigo 20 da Lei Federal nº 9433/97;

VII - Resultado de aplicações financeiras de disponibilidades temporárias ou transitórias do Fundo;

VIII - Receitas de convênios, contratos e ajustes firmados pelo Estado ou pelos Municípios intervenientes, visando atender aos objetivos a que se refere o Fundo;

IX - Contribuições, doações e legados, em favor do Fundo, de pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, nacionais, estrangeiras ou multinacionais e recursos eventuais;

X - Resultado de aplicações de multas cobradas dos infratores desta lei;

XI - De outros recursos que lhe forem destinados por lei.

§ 2º - O Poder Executivo, mediante Decreto, disciplinará a matéria constante neste artigo, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e legislação complementar.

Capítulo VII DAS PENALIDADES

Art. 29 - O Poder Executivo regulamentará as condições para o disciplinamento da ocupação do solo nas Unidades Territoriais de Planejamento, observados os seguintes aspectos e princípios:

I - Obrigatoriedade dos projetos de edificações se aterem à topografia local, não se permitindo movimentos de terra (cortes e aterros) que possam alterar predatoriamente as formas de acidentes naturais da região;

II - Proibição de edificações em encostas que tenham inclinação superior a 30% (trinta por cento);

III - Fixação de normas para a preservação de flora natural através de preservação das espécies existentes e de estabelecimentos de mecanismos de estímulo para a reconstituição florística nativa da região;

IV - Preservação das florestas e de quaisquer forma de vegetação natural, dos rios, bem como da fauna existente;

V - Preservação de edificações e sítios de valores histórico, artístico e arqueológico;

VI - Proibição da ocupação de áreas de intervenção sem licença prévia das autoridades competentes;

VII - Proibição da execução de obras e serviços de urbanização sem licença prévia das autoridades competentes;

VIII - Adoção de normas e padrões que disciplinem o processo de parcelamento do solo urbano através da legislação de zoneamento e de edificações;

Art. 30 - A inobservância das condições fixadas nos termos desta lei, de seus regulamentos e demais atos normativos complementares, sujeitará o infrator às seguintes sanções, sem prejuízo de outras estabelecidas em legislação pertinente;

I - Advertência por escrito, na qual serão estabelecidos prazos para a correção das irregularidades;

II - Multa, simples ou diária, proporcional à gravidade da infração, de 1.200 (um mil e duzentas) a 12.000 (doze mil) vezes o valor do Fator de Conversão e Atualização (FCA), ou outro fator que

Curitiba, quarta-feira, em 01.07.98

venha a ser instituído pelo Poder Executivo Estadual.

III - Interdição temporária ou definitiva das atividades irregulares, levando-se em conta sua gravidade;

IV - Embargo de obra, construção, edificação ou parcelamento do solo iniciado sem aprovação ou em desacordo com seus termos;

V - Demolição de obra, construção ou edificação irregular;

VI - Apreensão ou recolhimento, temporário ou definitivo do material, instrumentos e máquinas usados para cometimento da infração;

VII - Suspensão de financiamentos e benefícios fiscais.

§ 1º - Independentemente de multa, serão cobrados do infrator as despesas em que incorrer a Administração Pública, para tornar efetivas as medidas necessárias de proteção aos mananciais.

§ 2º - Em caso de reincidência, a multa será cobrada em dobro.

§ 3º - As penalidades de embargos e de demolição poderão ser impostas na hipótese de obras ou construções feitas sem licença ou com ela desconformes.

§ 4º - A penalidade de recolhimento temporário ou definitivo será aplicada nos casos de perigo à saúde pública ou, a critério da autoridade competente, nos casos de infração continuada, ou a partir da reincidência.

§ 5º - As penalidades de suspensão de financiamento e benefícios fiscais serão impostas nos casos e condições definidas em regulamento.

§ 6º - As penalidades estabelecidas nos incisos I e II deste artigo poderão ser impostas cumulativamente com as impostas em seus incisos III, IV, V, VI e VII.

§ 7º - As sanções estabelecidas neste artigo serão impostas sem prejuízo da imposição de sanções por outros órgãos ou entidades estaduais ou municipais, no respectivo âmbito de competência.

Art. 31 - A regularização das situações resultantes da prática de infrações a esta lei, corresponderá, combinada ou isoladamente, conforme o caso:

I - À adequação de obras, construções, edificações, parcelamento do solo, usos e atividades aos preceitos desta lei e seus regulamentos;

II - Ao cumprimento das providências que forem exigidas pela autoridade competente;

III - À indenização dos danos causados à bacia hidrográfica protegida e a terceiros afetados por sua atividade.

Art. 32 - Da aplicação das penalidades previstas nesta lei caberá recurso ao Conselho Gestor dos

Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, no prazo de vinte dias, contadas da data do auto de infração, ouvida a autoridade recorrida.

Parágrafo Único - No caso de imposição de multa, o recurso somente será processado se garantida a instância, mediante prévio recolhimento no órgão arrecadador competente do valor da multa aplicada.

Art. 33 - O débito relativo à multa não saldada no prazo e nas condições fixados em regulamento, ficará sujeito a atualização monetária de seu valor, nos termos da legislação federal pertinente, aos juros monetários e a outros acréscimos cabíveis com base em lei.

Art. 34 - O produto da arrecadação das multas e indenizações às disposições sobre o uso e a ocupação do solo, em Áreas de Proteção aos Mananciais, previstas nesta lei constituirá receita do Fundo de Preservação Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba (FPA-RMC).

Parágrafo Único - Os produtos da arrecadação de multas e indenizações sobre infrações ao meio ambiente e ao uso de recursos constituir-se-ão em receitas próprias das respectivas entidades gestoras, Instituto Ambiental do Paraná e Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental.

Capítulo VIII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35 - A execução de obras para reabilitação e adequação ambiental em Áreas de Proteção aos Mananciais deverá prioritariamente contar mão de obra constituída por trabalhadores desempregados dos municípios diretamente envolvidos.

Art. 36 - A regulamentação desta lei deverá ser apresentada na forma de um ou mais decretos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Art. 37 - Para atender as despesas resultantes da aplicação desta lei no decorrente exercício, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares mediante a utilização de recursos de que trata o parágrafo 1º, do Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 38 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01.07.98.

(a) CÉSAR SELEME - Presidente e Relator
Votação. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI
Voto contrário do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)
Devidamente registrado.

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 209/98, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que cria o Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná, com a finalidade de prover recursos para a implementação de sua política institucional, inclusive no pertinente à defesa da pessoa portadora de deficiência, proteção dos direitos do idoso e da infância e juventude. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 209/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o "Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná-FUEMP/PR".

Art. 2º - O Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná, tem por finalidade suprir o Ministério Público com os recursos financeiros necessários para fazer face as despesas com:

I - aquisição, construção, ampliação e reforma de imóveis pertinentes ao Ministério Público com os recursos financeiros ao Ministério Público ou a ele destinado;

II - aquisição de equipamentos e material permanente;

III - implementação dos serviços de informática;

IV - elaboração e execução de programas e projetos de atuação para implementar sua política institucional, inclusive, nas áreas de proteção dos direitos do idoso, defesa da pessoa portadora de deficiência e defesa da infância e juventude.

V - aquisição, construção, adaptação e manutenção de materiais e equipamentos que proporcionem o acesso de pessoas idosas e portadoras de deficiências, em imóveis do poder público;

VI - despesas de custeio, exceto com encargos de pessoal, em até no máximo, 50% (cinquenta por cento) da receita do Fundo.

Parágrafo Único - Não serão admitidos, por conta do FUEMP/PR, pagamentos de gratificações e encargos com custeio de pessoal, ressalvado o disposto no item III.

Art. 3º - Constituem-se receitas do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná:

I - dotação orçamentária própria, os recursos transferidos por entidades públicas e os créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos;

II - saldo financeiro resultante da execução orçamentária do Ministério Público, disponível ao final de cada exercício, deduzido o valor inscrito em restos a pagar.

III - saldo financeiro apurado no balanço anual do próprio fundo;

IV - receita decorrente da cobrança de cópias reprográficas extraídas pelo Ministério Público para terceiros;

V - o produto da venda de cópias dos editais de licitação de obras, aquisição de equipamentos e outros;

VI - taxas de inscrição em cursos, seminários, conferências e outros eventos culturais patrocinados pelo Ministério Público;

VII - taxas de inscrição em concursos públicos realizados pelo Ministério Público;

VIII - o produto de alienação de bens móveis e imóveis, incluídos na carga patrimonial do Ministério Público;

IX - valores decorrentes de cobrança pelo fornecimento de produtos de informática em impressos e disquetes, por meio de transmissão telefônica e quaisquer outras publicações;

X - receitas oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados pelo Ministério Público.

XI - auxílios, subvenções, doações, legados e contribuições de pessoas físicas e jurídicas de direito privado ou público;

XII - multas contratuais aplicadas no âmbito administrativo do Ministério Público;

XIII - taxa de ocupação das dependências dos imóveis do Ministério Público;

XIV - valores da venda de ações da TELEPAR, relativas a aquisição de terminais telefônicos pertencentes ao Ministério Público;

XV - receita de honorários decorrentes da sucumbência concedida ao Ministério Público em procedimentos judiciais;

XVI - o produto da venda de material inservível e não indispensável;

XVII - recursos provenientes de reembolso de despesa com telefonia;

XVIII - o produto da remuneração das aplicações financeiras do próprio fundo;

XIX - valores oriundos do porte postal para devolução de documentos e processos;

XX - o produto da remuneração das aplicações financeiras do Ministério Público;

XXI - receita decorrente dos descontos efetuados nas folhas de pagamento do Ministério Público, em decorrência de faltas e atrasos não justificados;

XXII - outras receitas eventuais.

Curitiba, quarta-feira, em 01.07.98

Parágrafo Único - As receitas do FUEMP/PR não integram o percentual da receita estadual destinado ao Ministério Público, previsto na Lei nº 11.802, de 17 de julho de 1997.

Art. 4º - O Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná, será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo Procurador Geral de Justiça, que o presidirá, pelo Diretor-Geral da Procuradoria Geral de Justiça e por mais 55 (cinco) membros, integrantes do Ministério Público, os quais serão nomeados pelo Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Colégio de Procuradores.

Art. 5º - Os recursos do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná serão recolhidos em conta do Tesouro Geral do Estado, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Fazenda repassará os recursos do FUEMP/PR ao Ministério Público sempre que solicitados, obedecendo o cronograma mensal de desembolso, encaminhado e aprovado pelo Conselho Diretor do Fundo.

Art. 6º - Os bens adquiridos com recursos do fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná, serão incorporados ao patrimônio do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 7º - Aplica-se à administração financeira do Fundo, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no Código de Contabilidade e na legislação pertinente a contratos e licitações, bem como as normas e instruções baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 8º - O Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná, será dotado de personalidade jurídica e escrituração contábil própria, sendo seu Presidente o ordenador das despesas e o seu representante legal.

Art. 9º - O FUEMP/PR prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos, nos prazos e a forma da legislação vigente.

Art. 10 - O Procurador-Geral de Justiça expedirá instruções normativas referentes à organização, estruturação e funcionamento do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná e quanto aos documentos e procedimentos para arrecadação de suas receitas, submetendo-as a aprovação do Colégio de Procuradores.

Art. 11 - Fica aberto um crédito adicional especial no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), para fazer frente às despesas decorrentes da execu-

ção desta lei, utilizando como recursos aqueles previstos no § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30.06.98.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente e Relator.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 47/98, de autoria do Deputado Sérgio Spada, que declara de Utilidade Pública Estadual a TV Comunitária e Educativa de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 110/98, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que altera o Artigo 1º, da Lei nº 10.197, de 16 de dezembro de 1992, que declara de Utilidade Pública a Creche Sagrados Corações do Jardim Esplanada, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/98, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Serra Negra, com sede e foro no Município de Guaraqueçaba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/98, de autoria do Deputado Beto Richa, que institui o Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes -FUNPREN. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/98, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Projeto Plantão Sorriso do Hospital Universitário de Londrina, com sede e foro em Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral da C.C.J., nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL PROJETO DE LEI Nº 193/98

“Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Projeto Plantão Sorriso do Hospital Universitário, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/98, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação Rural dos Pequenos Agricultores de Floresta-PR, com foro na cidade de Maringá e sede na cidade de Floresta. COM PARCER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto e Lei nº 204/98, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação Vividense de Idosos e foro em Coronel Vivida. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/98, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Ação Social de Santa Cecília, com sede e foro no Município de Campo Largo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 252/98, de autoria dos Deputados Aníbal Khury e Joel Coimbra, que altera a Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Gostaria de saber de Vossa Excelência, está anunciado na súmula, projeto de lei.

E este projeto de lei está alterando uma lei complementar. Não seria necessário que fosse um projeto de lei complementar?

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Vossa Excelência tem razão.

A votação será pelo projeto de lei complementar. Senhores Deputados que aprovam a Lei Complementar anunciada conservem-se com estão.

Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/97, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que torna obrigatória a inscrição da frase: “Diga Não às Drogas”, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 24, de 11.03.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 78/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Marquinhos Alves, tem por objetivo tornar obrigatória a inscrição da frase “Diga Não às Drogas”, nos materiais escolares a serem utilizados nas escolas de 1º e 2º graus do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos pela conversão do presente projeto em diligência junto à Secretaria de Estado da Educação e FUNDEPAR.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 078/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Marquinhos Alves, tem por objetivo tornar obrigatória a inscrição da frase “Diga não às Drogas”, nos materiais escolares a serem utilizados nas escolas de 1º e 2º graus do Estado.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente e Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 127/98, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado, para o exercício financeiro de 1.999. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. e C.O.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.O.. (Publ. no D.A. nº 46, de 28.04.98 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 127/98

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo visa dispor sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 1999.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, regimental e de técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.06.98

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 127/98

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 016/98, apresenta as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 1999.

Foram apresentadas ao projeto de lei, vinte e quatro Emendas, que não foram acatadas por esta Relatoria diante da circunstância de que a Mensagem original enviada pelo Poder Executivo atende às disposições constitucionais e legais atinentes à matéria orçamentária, estando em condições de ser mantida na íntegra.

As ações governamentais devem ser previamente estabelecidas, para que possam ser efetivamente concretizadas, sem problemas de ordem orçamentária ou financeira, dada a necessária previsão dos meios para consecução dos fins.

A ordem jurídica no que pertine às finanças públicas, não admite atuação empírica, incerta e insegura e é com vistas a isso que, cumprindo determinação constitucional, a Lei de Diretrizes Orçamentárias enviada a este Poder Legislativo estabelece metas e prioridades da Administração Pública Estadual e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

Ante o exposto, somos de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 01.07.98

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

Projeto em votação pelo parecer da Comissão de Orçamento rejeitando as emendas. Aprovação do Projeto significa rejeição das emendas. Aprovado.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/98, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de

Utilidade Pública a Associação da Criança e do Adolescente de União da Vitória, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..
Aprovado. (Publ. no D.A. nº 89, de 22.06.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 250/98

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação da Criança e do Adolescente de União da Vitória - ACAUVA, com sede e foro naquele município.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 01.07.98

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 254/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/98, que estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referente a geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, visando o controle da poluição, da contaminação e minimização de seus impactos ambientais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 92, de 24.06.98 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 254/98

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 17/98, que estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referente a geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, visando o controle da poluição da contaminação e minimização de seus impactos ambientais.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 01.07.98

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/98, que autoriza o Poder Executivo a incorporar a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Visa, ainda, o plano de lei em referência, autorizar a abertura de créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, até o limite de R\$3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), para atendimento de despesas com a pretendida incorporação, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 97, de 30.06.98 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 260/97

P A R E C E R :

A mensagem governamental enviada para apreciação junto a esta Comissão, propõe abertura de crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, de forma a atender despesas com a incorporação da Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, cuja autorização também é objeto da proposição em tela.

A autorização do Poder Legislativo é imperiosa ante o que dispõe o inciso V, do artigo 135, da Constituição Estadual.

E, a indicação dos recursos correspondentes, consta dos anexos que integram a presente Proposição, em cumprimento a condicionante imposta na mesma disposição constitucional.

Analisando o projeto de lei, não se apresentou qualquer vício de ordem constitucional, legal ou regimental, que impeça sua tramitação nesta Casa de Leis até o final de liberação em Plenário, portanto é favorável o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 01.07.98
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 260/98

P A R E C E R :

O presente projeto de projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 29/98, objetiva autorizar o Poder Executivo a incorporar a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE; visa, ainda, a abertura de créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, até o limite de R\$3.300.000,00, para atendimento de despesas com a pretendida incorporação, objeti-

vando, também, a criação de cargos para o pessoal docente e técnico-administrativo, conforme especifica.

Tal propositura já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Comissão de Finanças, chamada a opinar de acordo com o Regimento Interno, nada encontrou que possa obstar a normal tramitação do presente plano de lei por esta Casa.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01.07.98
(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
ALBANOR GOMES - Relator

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Percebo, na Ordem do Dia de hoje, a votação de um Projeto de Lei do Executivo, que autoriza o Poder Executivo a incorporar a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão.

Diversas vezes, quando discordamos de um projeto do Executivo, vimos à tribuna para estabelecer críticas ao Governo. Mas, pelo posicionamento que temos pelo nosso Estado, vimos à tribuna para ser solidário à Mensagem do Governo.

Em que termos, Senhor Presidente, Senhores Deputados? Desde a Constituinte a Região Sudoeste do Estado do Paraná buscou poder ter o que todas as outras regiões do Estado tinham, que é o ensino de 3º Grau, aos alunos, gratuito.

É competência da União? É competência da União. Mas se é competência da União para o Sudoeste, também o é para as demais regiões do Estado e todas as outras têm faculdades públicas.

Nada mais justo, portanto, que o Sudoeste também o tivesse.

Medidas alternativas foram tomadas no curso dos anos, como o repasse de recursos à Prefeitura de Francisco Beltrão, que é a mantenedora da Fundação daquela Faculdade. Coisas que, eventualmente, não atinge o objetivo que tem, nem o estudante, nem o professor daquela região.

Hoje, pelo caminho correto, exatamente, porque é competência do Executivo, a Mensagem chega a esta Casa e folgamos em recebê-la.

Quero manifestar em nome de todos os estudantes do Sudoeste do Paraná, os políticos do Sudoeste do Paraná, as prefeituras do Sudoeste do Paraná, os professores, principalmente o Ensino Superior do Sudoeste do Paraná, a nossa alegria em podermos perceber e emprestar apoio a este projeto, que seguramente não é tudo aquilo que o Sudoeste quer, que é a sua Faculdade independente, quer o orçamento próprio para a sua Faculdade, quer poder ter diretrizes de cursos na sua Faculdade, mas seguramente, a incorporação pela UNIOESTE,

Curitiba, quarta-feira, em 01.07.98

uma Universidade já consolidada é um passo bastante grande para que se conquiste aquilo que é um desejo de toda uma região, poder oferecer a seus filhos um curso eficiente, gratuito e que tenha, sem sombra de dúvida, a possibilidade de auxiliar o desenvolvimento cultural da região.

É para este registro que venho à tribuna, no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 270/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/98, que aprova ajuste no Programa de Obras, no valor total de R\$12.527.000,00 (doze milhões, quinhentos e vinte e sete mil reais), para execução de obras no Projeto de Construção de Rodovias, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 97, de 30.06.98 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 270/98

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame nascido da Mensagem Governamental de nº 031/98, objetiva aprovação de ajuste ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes para atender despesas com obras do Projeto de Construção de Rodovias.

Considerando que a proposição não fere qualquer disposição da legislação que rege esta matéria (Lei nº 4.320/64 e alterações posteriores) e também que inexistente qualquer vedação constitucional neste sentido, tampouco regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça é de parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 01.07.98
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 270/98

P A R E C E R :

O presente plano de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 031/98, dispõe sobre a aprovação de um ajuste no Programa de Obras, no valor total de R\$12.527.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, para a execução de obras no Projeto de Construção de Rodovias.

Tal proposição já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Comissão de Finanças, chamada a opinar, de acordo com o Regimento Interno, constata que os

recursos para o ajustamento proposto são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01.07.98
(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
ALBANOR GOMES - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 271/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/98, fica alterado o Programa de Obras, constante do Anexo V, da Lei Orçamentária de 1998, no valor de R\$2.123.574,00, para execução de obras em escolas estaduais, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 97, de 30.06.98 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 271/98

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame nascido da Mensagem Governamental de nº 032/98, objetiva aprovação de ajuste ao vigente orçamento da FUNDEPAR, de modo a viabilizar a execução de obras em escolas estaduais.

A medida proposta, em obediência ao que preceitua a Constituição Estadual, em seu art. 135, inciso V, foi encaminhada ao Poder Legislativo para a competente autorização e dela consta a indicação de recursos que lhe dão cobertura.

A análise da proposição, sob a luz das disposições constitucionais, legais ou regimentais, demonstra que a mesma está apta de merecer parecer favorável desta Comissão, que neste sentido se manifesta.

Sala das Comissões, em 01.07.98
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 271/98

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 032/98, dispõe sobre a aprovação de um ajuste no Programa de Obras, no valor de R\$2.123.574.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria Especial para o Desenvolvimento Educacional, para execução de obras em escolas estaduais.

Tal proposição já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Comissão de Finanças, chamada a opinar, de acordo com o Regimento Interno, constata que os recursos para cobertura da referida programação

são decorrentes de cancelamento de obras do próprio órgão.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01.07.98

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

DUILIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a mesa, requerimento nº 1286, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Trevisan em "Explicações Pessoais".

O SR. EDUARDO TREVISAN

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uso desse horário para fazer um registro de um episódio passado recente que estivemos representando a Assembléia numa viagem à China. Fomos convidados pela Fundação Getúlio Vargas, através do Instituto Superior de Administração e Economia do MERCOSUL.

Fomos acompanhando um grupo de empresários, essa viagem foi organizada por esse Instituto, que é da Fundação Getúlio Vargas e foi liderada pelo Sr. Norman de Paula Arruda Filho, Superintendente do Instituto. E lá na China cumprimos uma série de programações políticas, governamentais e também programações econômicas. Visitamos algumas indústrias e algumas empresas. E, entre essas empresas visitamos a maior indústria do mundo na sua área, e um dos maiores conglomerados empresariais do mundo, que é a empresa HAIER. Essa empresa se instalou na China como uma "joy eventure", entre capital alemão e capital chinês, capital governamental e capital privado. E depois do seu crescimento, depois de ter se tornado a maior empresa do mundo na sua área, tanto o governo chinês como o capital chinês compraram essa empresa e ela passou a ser empresa chinesa. Apesar de ser na China, é uma empresa de tecnologia de ponta e uma das mais respeitadas do mundo. Nessa viagem levei farta documentação, inclusive da Assembléia, como por exemplo, a Lei "Paraná Mais Empregos", do Deputado Anibal Khury, que está possibilitando essa grande industrialização no

Estado do Paraná. E eles manifestaram na época interesse em vir ao Brasil e fazer do Paraná um ponto de irradiação das suas atividades para toda América Latina.

Recebi aqui hoje do Norman Arruda Filho, da Fundação Getúlio Vargas, um fax em que essa empresa relata o seu desejo de vir para o Paraná. Já colocou uma data aqui, eles virão nos dias 26 e 27 de julho. Querem ter um encontro aqui na Assembléia, e já disse que estaremos em recesso. Mas eles querem ter um encontro com o Governador, com o Secretário da Indústria e Comércio que já está marcado, e pretendem fazer do Paraná o local de instalação de uma grande indústria para atender toda a América Latina.

Então para repetir, essa HAIER é a maior empresa do mundo na sua área e um dos maiores conglomerados empresariais do mundo. Eles estão vindo para cá, para procurar uma possibilidade de se instalar no Paraná.

Então, gostaria de fazer esse registro e isso já é resultado dessa viagem à China, é mérito da Fundação Getúlio Vargas, do Norman, de todos os empresários e nosso também, representando a Assembléia nessa viagem à China. Já é um resultado concreto da viagem a vinda desse vice-Presidente da HAIER, ao Brasil e especificamente ao Paraná no próximo 26 e 27 de julho.

Era esse o registro que queria fazer, Senhor Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após esta, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 047, 110, 187, 189, 193, 201, 204, 224 e 252/98.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 078 e 653/97 e; 114, 127, 250, 254, 260, 270 e 271/98.

Levanta-se a sessão.